

Breve reflexões sobre políticas públicas: um estudo sobre a importância da política de informação para disponibilização do conhecimento científico

Ana Paula Matos Bazilio*

Camila do Nascimento Cultri**

Verônica de Souza Gomes***

Introdução

As Políticas Públicas, de uma forma geral, consistem na intervenção do Estado no intuito de prover o bem-estar, a cidadania e os direitos básicos da sociedade contemporânea. Inclui educação, educação, moradia, dignidade, emprego, informação e cultura. Tarefa difícil em um país subdesenvolvido como no caso do Brasil marcado pelas desigualdades sociais e desinteresse político.

Dentre as temáticas que perpassam o campo das políticas públicas brasileiras, no presente trabalho enfatizamos as políticas públicas de acesso aberto à produção científica. Essas políticas ocorrem (ou deveriam ocorrer) no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras, tanto nas esferas federais, como também das estaduais. A exemplo, podemos citar o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em junção com a Financiadora de Estados e Projetos (FINEP), que vem auxiliando na implantação dos repositórios institucionais de acesso aberto.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense. Bibliotecária da Universidade Federal Fluminense. E-mail: anapaulambazilio@gmail.com

** Pesquisadora e docente no Centro Paula Souza (CPS), autarquia do Governo do Estado de São Paulo. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e doutora pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

E-mail: camilacultri10@gmail.com

*** Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos, Mestre em Biblioteconomia pela Uni-Rio, bibliotecária da Universidade Federal Fluminense.

E-mail: veronisg22@gmail.com

Neste artigo enfatiza-se a importância dos repositórios para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Sociedade destacando assim seu papel na agilização do processo de comunicação científica em consonância com a filosofia do acesso aberto, e tornando-se necessário que os cientistas, pesquisadores e autores se conscientizem sobre a importância destes repositórios institucionais para a propagação dos resultados de suas pesquisas de forma ampla e rápida, independente das barreiras de custos e de acesso.

Repositórios institucionais representam uma ferramenta de compartilhamento amplo e irrestrito da produção científica da universidade ou instituição, através dele é possível arquivar, armazenar, preservar, compartilhar, disseminar a informação científica independente das barreiras de custo e acesso, beneficiando diversos atores como: usuários, leigos, sociedade, pesquisadores, autores, docentes, discentes e comunidade acadêmica. Contribuindo assim, para os países subdesenvolvidos terem um amplo acesso à informação científica e para o desenvolvimento da Ciência.

A importância de discutirmos sobre política de informação e acesso aberto parte da reflexão de Kuramoto (2006), onde o autor observa que a maioria das pesquisas científicas é financiada com os recursos do Estado, portanto, eticamente, todos os resultados dessas pesquisas deveriam ser divulgados em acesso livre. Contudo, muitas vezes, o que ocorre é que as universidades, pesquisadores e os cidadãos comuns precisam pagar para obterem a informação científica. Esse modelo de comunicação científica é contraditório: o Estado investe nas pesquisas científicas e, no entanto, os cidadãos precisam pagar para ter acesso aos resultados dessas pesquisas.

Metodologicamente este estudo é um ensaio teórico. Os pressupostos teóricos desenvolvidos neste artigo foram: políticas públicas, política de informação, comunicação científica, divulgação científica, repositório institucional (RI) e acesso aberto (AA).

Implementação de políticas públicas

O campo de análise das políticas públicas surge nos EUA, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. É importante ressaltar que o tema das políticas públicas se insere na relação entre Estado e sociedade. Sendo uma ciência aplicada com bases teóricas da Sociologia, Ciência Política e Economia. Porém, se constitui uma área do conhecimento diferente dessas áreas do conhecimento (LOTTA, 2019).

Sobre a implementação de políticas públicas, Lotta (2019) identifica quatro gerações: a primeira geração, que ocorreu em 1970, nos Estados Unidos. Os estudos

dessas políticas contemplavam um ideal democrático baseado no funcionamento do Estado. Em outras palavras, a autora afirma que: “Compreendiam que as decisões legítimas no Estado deveriam ser tomadas pelos políticos eleitos democraticamente” (LOTTA, 2019, p. 15). Essa implementação das políticas era sempre vista de “cima para baixo”, sendo denominada *top down*, sendo “prescritiva”, contemplando apenas as decisões imposta pelos governantes.

A segunda geração de estudos, ocorreu em 1980, e é denominada *bottom up*, o processo de implementação se dá de “baixo para cima”, começando a ser disseminado na Europa e se destacando no campo de estudos da Sociologia. Nessa fase, mais um ator é envolvido nas decisões e implementação do estado os “burocratas de nível de rua” (LOTTA, 2019, p. 15).

Em 1990, surge a terceira geração, sendo propostos vários modelos alternativos de análises, buscando resolver as ambiguidades das duas gerações anteriores, contemplando assim, a previsão das ações relacionadas à implementação das políticas públicas. Nos dias atuais, estamos na quarta geração, que envolve diversos modelos de análises e disseminação das políticas públicas, envolvendo as necessidades de diferentes países e todos os atores sociais: sociedade, instituição, pesquisadores e a população atingida pelos problemas sociais. Lotta (2019) afirma que os temas atuais relacionados com as políticas públicas são: “governança”, “instrumento de ação pública”, “a relação entre atores estatais e não estatais”, “novos arranjos institucionais”, “sistemas de coordenação”, entre outros, fazendo parte da nova agenda.

Apesar da implementação das políticas públicas nos países desenvolvidos em 1970, no Brasil o campo torna-se evidente tardiamente, em 2010, na quarta geração de implementação dessas políticas. De forma breve, as políticas públicas representam a intervenção do Estado para a promoção do bem-estar, da cidadania e dos direitos básicos da sociedade. Incluindo: saúde, educação, moradia, dignidade, emprego e cultura. Tendo como objetivo:

Alterar ou manter o comportamento de um grande grupo de indivíduos ou organizações para o alcance de um resultado socialmente desejável. O desafio na avaliação das políticas públicas está no fato de que os indivíduos de uma população não reagem da mesma maneira à introdução de novas políticas ou de um conjunto de incentivos (RAND, 2015, p. 45).

“O efeito da política pública não é apenas um evento pontual e estático; pelo contrário, é o resultado de uma série de ações tomadas pelo governo e pelos cidadãos

para o alcance de um desejado resultado” (RAND, 2015, p. 45). O autor também aponta para o envolvimento de todos os sujeitos da sociedade em prol de alcançar um objetivo em comum.

“O resultado da implementação de qualquer política pública é um produto que emerge de muitas decisões individuais e da maneira pela qual essas decisões interagem entre si e com a política” (RAND, 2015, p. 46). O autor afirma que diversos atores sociais, advindos de diferentes áreas do conhecimento, resistem contra a adoção dos sistemas complexos no quesito das políticas públicas. Esse fato, se deve à falta de educação e informação sobre esses sistemas por parte dos pesquisadores, tomadores de decisões, partes interessadas, sociedade em geral e até mesmo desconhecimento dos próprios cientistas.

Comunicação científica

A comunicação científica pode ser definida como: “uma ação orientada à divulgação do conhecimento entre os pares” (GAMA; CARVALHO, 2017, p. 4). Os autores afirmam que a comunicação científica é um produto importantíssimo da Ciência, pois possibilita a criação de novas pesquisas. Para que uma pesquisa seja aceita como um conhecimento científico validado, é necessário que esse conhecimento seja comunicado aos outros pesquisadores da área de estudos para que, enfim, essa informação científica seja propagada e reusada a fim de que futuras pesquisas se desenvolvam.

A comunicação científica é mais voltada para os pares, já a divulgação científica é voltada para a comunicação entre os cientistas e a sociedade, significando assim o porquê de se fazer Ciência, ou seja, a divulgação científica representa uma forma dos pesquisadores comunicarem suas pesquisas para todos sem distinção, disponibilizando o conhecimento científico como um bem público.

Existem muitos meios para se propagar a comunicação científica no ambiente acadêmico. Um dos mais conhecidos é o periódico científico. No entanto, por muito tempo a informação científica ficou restrita e monopolizada pelas editoras científicas responsáveis pela gestão destes periódicos. Mesmo em 1990, com o surgimento da *web*, o conhecimento científico continuava propagando os interesses das próprias editoras, o que culminou em altos custos e barreiras de acesso. Na literatura de Ciência da Informação, esse fato ficou conhecido e definido por Mueller como a “crise dos periódicos”. Por esse motivo, atualmente, o processo de comunicação científica sofreu mudanças significativas no que tange à produção, circulação e divulgação dessa

comunicação. Diversos pesquisadores e cientistas começaram a refletir sobre o movimento de livre acesso à informação científica e, com isso, surgiram as bibliotecas digitais, os portais de periódicos eletrônicos de acesso aberto e os repositórios (BAZILIO; GRACIOSO, 2020).

Política pública de informação

Conforme a filosofia das políticas de informação, que pautam-se na responsabilidade do Estado em disponibilizar informações referentes às atividades de ciência e tecnologia através das instituições federais de ensino e pesquisa, destacamos duas iniciativas de 1950 que fomentaram o desenvolvimento científico e tecnológico do país, com o objetivo de regulamentar as políticas públicas de informação no Brasil. Foram elas: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atualmente conhecido como Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (MEDEIROS; FERREIRA, 2014).

Em 1990, surgem novos rumos para as políticas de informação, principalmente no que se refere à Ciência e Tecnologia. Com o surgimento e o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), assim como da internet, houve um crescimento substancial da produção científica em meios digitais. Mas só em 2002 e 2003 é que foi instaurada no mundo uma política de livre acesso à informação científica, a *Open Archive Initiative* (OAI).

Por “acesso aberto” a esta literatura, entendemos sua disponibilidade gratuita na internet pública, permitindo que qualquer usuária leia, baixe, copie, distribua, imprima, pesquise ou *link* para os textos completos desses artigos, rastreie-os para indexação, passá-los como dados para o *software*, ou usá-los para qualquer outra finalidade legal, sem barreiras financeira, legais ou técnicas além daquelas inseparáveis do acesso à própria internet (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002, tradução nossa).

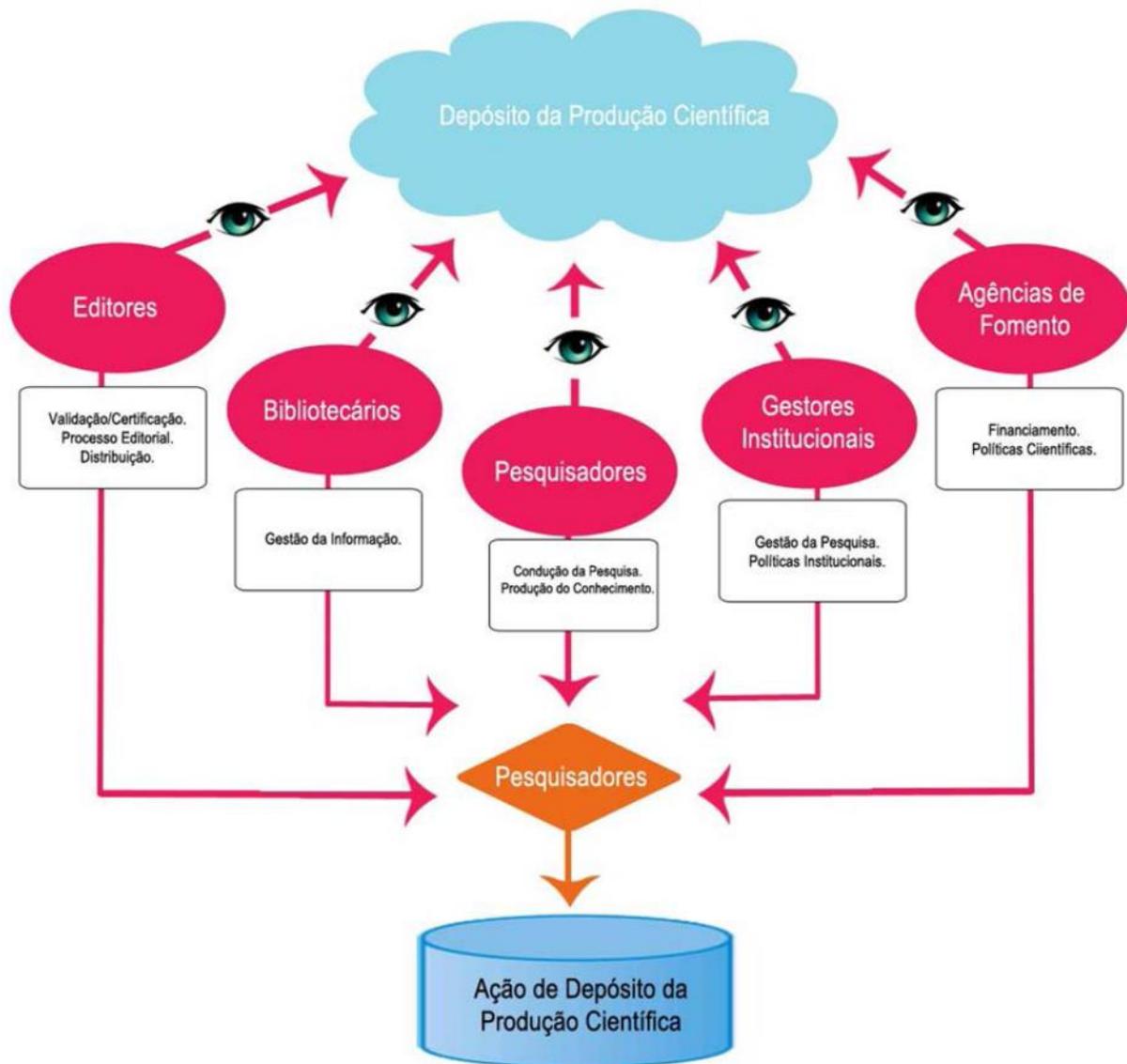
No Brasil dentre as iniciativas de acesso aberto à informação científica podemos destacar *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), juntamente com o Centro Latino-americano e do Caribe de informação em Ciências da Saúde (BIREME) e da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), em junção com os editores de revistas científicas. A partir de 2002, passou a ter o apoio do CNPq. Esse projeto visa divulgar a informação científica nos países subdesenvolvidos Latino-Americanos e do Caribe (MEDEIROS; FERREIRA, 2014). Através de revisão de literatura, em 2005, no Brasil

também foi possível identificar outro grande marco para o desenvolvimento do acesso aberto, o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica publicado pelo IBICT. Iniciativa que fortaleceu a implantação dos repositórios institucionais nas universidades e instituições de pesquisas.

Devido a esse movimento mundial em favor do acesso aberto, agências de fomento se viram obrigadas a disponibilizar a informação científica, provenientes de pesquisas financiadas com recursos públicos. Com isso, foram implantadas políticas de informação mandatória, que obrigam os autores a disponibilizarem os resultados de suas pesquisas. “Apesar dos esforços concentrados e integrados na implantação e na promoção de RIs no mundo todo, há um consenso inegável entre aqueles que pesquisam o AA de que os RIs são muito mais vazios do que o esperado e o desejável” (FURNIVAL; HUBBARD, 2011, p. 166).

Para entendermos a política de informação para disponibilização do conhecimento científico, faz-se necessário conhecermos todos os atores que estão envolvidos no processo de comunicação científica como: editores, bibliotecários, pesquisadores, gestores institucionais e agências de fomento. É de extrema importância que todos estes atores reconheçam a importância dos repositórios institucionais na comunidade acadêmica e para toda a sociedade em geral.

Figura 1 – Atores responsáveis pelo processo de comunicação científica



Fonte: Freitas e Leite (2018).

Tomaél e Silva (2007) ressaltam que, para a criação de uma política de informação bem definida, é requerido o envolvimento de todos os atores em busca de um consenso sobre os princípios e diretrizes que norteiam os repositórios. A política respaldada na cultura institucional, deve conter os aspectos de:

- a) Responsabilidade pela criação, implementação e manutenção do repositório;
- b) Conteúdo proposto e implementado;
- c) Aspectos legais relativos a documentos e licenças de softwares;
- d) Padrões;
- e) Diretrizes para preservação digital;
- f) Política e níveis de acesso;
- g) Sustentabilidade e financiamento do repositório (TOMAÉL; SILVA, 2007).

É sabido que o principal desafio dos responsáveis pelo repositório institucional é o povoamento, pois a baixa adesão ao autoarquivamento inviabiliza a disseminação da produção científica da instituição e contraria os princípios defendidos pelo acesso aberto e auto-arquivamento.

A política de autoarquivamento pode ser definida como um processo de realização do depósito da produção científica pelos próprios autores. Medeiros e Ferreira (2013) enumeram os principais fatores para o não arquivamento, caso a universidade ou instituição de pesquisa não possua uma política mandatária.

- Desconhecimento por parte dos autores sobre o acesso aberto;
- Desconhecimento por parte dos autores sobre as políticas de direitos autorais;
- Desconhecimento por parte dos autores sobre o impacto da produção científica em acesso aberto;
- O processo de avaliação pelos pares.

Acrescentamos ainda que há um desconhecimento por parte da comunidade acadêmica sobre o repositório institucional, professores e pesquisadores desconhecem a existência do RI. No que tange ao usuário, apenas os leitores especializados buscam materiais em repositórios, a comunidade acadêmica geralmente utiliza mecanismos de buscas gerais na internet especializado como o google acadêmico.

Conclusão

Diante deste exposto vimos a importância do repositório institucional, mas de nada adiante a universidade ou instituição de pesquisa possuir um e este ser subpovoado e vazio. É importante que os profissionais da informação, docentes, discentes e sociedade conheçam os repositórios institucionais, para agilização do processo de comunicação e divulgação científica. Por isso tão importante é o conhecimento sobre as políticas públicas de acesso aberto à informação científica. De

forma breve conceituamos políticas públicas, política de informação, comunicação científica, repositório institucional e acesso aberto.

O tema populariza-se porque os repositórios surgem como iniciativas de acesso aberto para fornecer maior visibilidade e melhor divulgação da produção científica nas instituições, nas universidades e para a sociedade em geral. Compreende-se um repositório como uma forma de responsabilidade social de uma instituição, pois estes propiciam o aumento da visibilidade institucional através da divulgação de suas pesquisas ao serem compartilhadas em acesso aberto, fornecendo, assim, oportunidade de informação e de socialização do conhecimento para toda sociedade. Os repositórios caracterizam-se como uma forma de prestação de contas do investimento público da instituição à sociedade.

Referências

BAZILIO, A. P. M.; GRACIOSO, L. de S. Análise da produção científica brasileira e portuguesa sobre o tema repositório: um estudo a partir do RCAAP. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 10, n. 3, p. 246-261, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2236-417X.2020v10n3.55902>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **Read Budapest Open Access Initiative**. 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org>. Acesso em: 5 mar. 2022.

FREITAS, M.; LEITE, F. Proposição de diretrizes para o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto baseada na visão de diferentes atores do sistema de comunicação científica. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 23, n. 53, p. 96-109, set./dez. 2018. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n53p96>. Acesso em: 2 maio 2022.

GAMA, I. de O.; CARVALHO, L. dos S. Tendências e perspectivas de pesquisa sobre repositório digitais no Brasil: uma Análise de Redes Sociais (ARS). **Reciis - Rev. Eletron. Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, supl., nov. 2017. Disponível em: www.reciis.icict.fiocruz.br. Acesso em: 20 jan. 2019.

FURNIVAL, A. C.; HUBBARD, B. Acesso aberto às publicações científicas: vantagens, políticas e advocacy. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 160-177, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42358>. Acesso em: 3 maio 2022.

KURAMOTO, H. **Iniciativas do IBICT para implementações tecnológicas para gestão e acesso à informação**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia, 2006.

LOTTA, G. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, G. (Org.). **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. 324 p.

MEDEIROS, S. A.; FERREIRA, P. A. Política pública de acesso aberto à produção científica: um estudo sobre a implementação de repositórios institucionais em instituições de ensino superior. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 2, p. 195-217, 22 dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/16852>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MUELLER, S. P. M. Popularização do conhecimento científico. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, [s. l.], v. 3, n. 2, abr. 2002. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/990>. Acesso em: 20 jun. 2020.

RAND, W. Sistemas complexos: conceitos de literatura e limitações. In: FURTADO, B. A. et al. (Eds.). **Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2015. 436 p.